

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.878 - RN (2018/0308247-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : JOÃO ANDRÉ SALES RODRIGUES - PE019186
LUIZ RICARDO DE CASTRO GUERRA - PE017598
DIEGO COSTA DEFANA - RN005125
AGRAVADO : JUAREZ DE QUADROS BARBOSA
AGRAVADO : MARIA DA CONCEICAO GUERRA
AGRAVADO : RAIMUNDO MATIAS DO NASCIMENTO
AGRAVADO : VERA LUCIA DAS CHAGAS FAUSTINO ALVES
AGRAVADO : ANTENOR MALAQUIAS DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JOAO MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) - DF005939

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento que deu origem a este recurso, JUAREZ DE QUADROS BARBOS, MARIA DA CONCEIÇÃO GUERRA, RAIMUNDO MATAIS DO NASCIMENTO, VERA LÚCIA DAS CHAGAS FAUSTINO ALVES, ANTENOR MALQUIAS DE OLIVEIRA e JOÃO MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA (JUAREZ e outros) apresentou ação de execução de título judicial contra FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL.

O juízo de 1º grau apreciou a petição apresentada pela SISTEL e rejeitou o pedido de chamamento do feito à ordem, sob o fundamento de inexistir erros materiais indicados por ela e, em decorrência, determinou a intimação da parte exequente para, em 15 dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinção da execução.

Dessa decisão, SISTEL interpôs agravo de instrumento e o Desembargador-Relator, indeferiu o pedido de efeito suspensivo pretendido (e-STJ, fls.182/185)

SISTEL interpôs agravo interno e o Desembargador-Relator, reconsiderou a decisão e deferiu o pedido para suspender o prosseguimento da execução manejada (e-STJ, fls. 186/194 e 202/204).

O TJRN negou provimento ao agravo de instrumento, em acórdão assim ementado :

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE ERROS MATERIAIS EXISTENTES NO VALOR EXEQUENDO HOMOLOGADO PELO JUÍZO A QUO. AUSÊNCIA DE DEDUÇÃO DOS VALORES PAGOS PELA EXECUTADA/AGRAVANTE NAS DATAS DE RESGATE E MIGRAÇÃO. ERROS MATERIAIS INDEMONSTRADOS. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO ACERCA DOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELO PERITO E HOMOLOGADOS PELO JUÍZO A QUO. MATÉRIA PRECLUSA NOS TERMOS DO ARTIGO 507 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO PROVIMENTO DO RECURSO. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO (e-STJ, fls.217/223).

Os embargos de declaração foram opostos por SISTEL e rejeitados (e-STJ, fls.234/239).

Inconformada, SISTEL interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando a violação dos arts. 1.022,II, do NCPC, 489, §1º, IV, 494, I, do NCPC, 18 e 19, da Lei complementar nº 109/2001, 5º, 6º, 7º, 357, §3º e 371, do CPC e 884, do CC/02. Apontou violação dos arts. 195, §5º e 202, da Constituição Federal (e-STJ, fls.242/258).

Em juízo de admissibilidade, a Vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre sob os fundamentos de incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ e 282 do STF (e-STJ, fls.263/268).

SISTEL interpôs agravo em recurso especial, afirmando, em síntese, que não se trata de matéria fática, mas, sim, de matéria de direito, que houve violação dos arts. 1.022,II, do NCPC, 489, §1º, IV, do NCPC e que os temas foram prequestionados (e-STJ, fls.271/278).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl.280).

O recurso foi distribuído à Presidência desta Corte e nos termos dos arts. 76, c/c 932, parágrafo único, foi determinada a intimação da parte recorrente para regularizar a representação processual no prazo de 5 dias (e-STJ, fl. 287).

A decisão foi cumprida. Posteriormente, o feito foi distribuído a minha relatoria (e-STJ, fls.290/296 e 303).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram

interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da violação a dispositivos da Constituição Federal

Esta Corte não se presta ao exame de matéria de índole constitucional, cuja análise é afeta ao Supremo Tribunal Federal.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. 1.No que tange à alegada ofensa ao art. 93, IX, da Constituição Federal, decorrente do julgamento do próprio recurso especial (CF, art. 105, III), trata-se de matéria a ser apreciada na Suprema Instância, pois não é viável a análise de contrariedade a dispositivos constitucionais, nesta via recursal, o que implicaria usurpação de competência constitucionalmente atribuída ao eg. Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102). 2. O agravo, interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial, que não impugna, especificamente, os fundamentos por ela utilizados não deve ser conhecido. 3.Agravo não provido. (AgRg nos EDcl no AREsp 445.805/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 24/4/2014, DJe 2/5/2014)

(2) Do não conhecimento do agravo em recurso especial

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois SISTEL não infirma devidamente o seu esteio, deixando de refutar, de forma arrazoada, a aplicação do Enunciado nº 7 do STJ.

SISTEL, em relação ao óbice da Súmula nº 7 do STJ, limitou-se afirmar que não se trata de matéria fática, mas, sim, de análise de matéria de direito, sem, no entanto, apresentar argumentos concretos a evidenciar a inadequação do óbice apontado no juízo de admissibilidade do especial.

No que pertine à aplicação da Súmula nº 7 do STJ, na hipótese em que se pretende impugnar em agravo no recurso especial, a incidência do referido impeditivo,

SISTEL deveria ter demonstrado que a alteração do entendimento manifestado pela Corte estadual independe de reexame do conteúdo fático-probatório, o que não ocorreu.

De acordo com a jurisprudência desta Corte Superior e em obediência ao princípio da dialeticidade, exige-se do recorrente o desenvolvimento de argumentação capaz de demonstrar a incorreção dos motivos nos quais se funda a decisão agravada, técnica ausente nas razões dessa irresignação.

De fato, *à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge* (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 26/11/2008).

Assim, não tendo o recurso impugnado especificamente o fundamento da decisão recorrida, é o caso de incidir o art. 932, III, do NCPC.

A propósito, vejamos os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. DESISTÊNCIA PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 1.042 do CPC/15 c/c 253, parágrafo único, I do RISTJ, incumbe ao agravante o ônus de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem com o intuito de "destrancar" o recurso especial inadmitido, permitindo, assim, o exame deste pelo STJ.

2. O agravo é apenas o meio idôneo a viabilizar o juízo definitivo de admissibilidade por este Tribunal, quando inadmitido na origem o recurso especial. Desse modo, havendo uma vinculação do primeiro com o segundo, de modo que, na sistemática de julgamento, o agravo deve ser sempre analisado com os olhos voltados para a admissibilidade do recurso especial e não para o acórdão recorrido.

3. A partir de tais premissas, é possível inferir que não há como o agravante restringir o efeito devolutivo horizontal do agravo porque esse efeito já foi previamente delimitado pelos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunal de origem.

4. O ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra, parcialmente, de uma decisão, e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, qualquer previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do recurso especial após sua interposição.

5. É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, de

maneira consistente, todos os fundamentos da decisão agravada.

6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 727.579/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017 – sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.

3. [...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator